

O ENSINO BILÍNGUE NAS ESCOLAS INDÍGENAS DE MANAUS-AM: AVANÇOS E DESAFIOS¹

Jessica Diana da Cruz Carvalho ¹

Andreia Oliveira Rabelo ²

Orientador do Trabalho: Hellen Cristina Picanço Simas ³

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo analisar o ensino bilíngue nas escolas indígenas de Manaus-AM, evidenciando os avanços conquistados e os desafios ainda enfrentados. O ensino bilíngue nas comunidades indígenas visa a promoção e a valorização das línguas indígenas, e também visa garantir o acesso a língua portuguesa, quando esta é uma demanda da comunidade. Quanto ao referencial teórico, nos baseamos nos estudos acerca da educação bilíngue e intercultural e também nas legislações voltadas para este ensino, como a Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 e Referencial Curricular Nacional para a Educação Escolar Indígena de 1998, além de leis e decretos estaduais e municipais. O estudo dialoga com autores que discutem a importância da língua para a identidade cultural e os desafios de políticas educacionais em contextos multilíngues na cidade de Manaus, tais como: Santos (2012); Lima (2018); Oliveira (2022); Santos (2023); Lizardo (2023). Quanto a metodologia, a pesquisa são de caráter documental e bibliográfica (Marconi e Lakartos, 2015) Como principais resultados destacamos que o ensino bilíngue tem avançado na oferta de materiais didáticos em línguas indígenas e na formação de professores bilíngues. No entanto, persistem desafios como a falta de recursos pedagógicos adequados, a necessidade de maior valorização das línguas indígenas dentro das próprias comunidades e a insuficiência de políticas públicas para fortalecer o ensino bilíngue. Além disso, observe-se que o ensino do português em algumas circunstâncias se sobrepõe ao ensino das línguas indígenas, colocando em risco a língua indígena.

Palavras-chave: Ensino bilíngue, Escolas indígenas, valorização, Cultura, Línguas indígenas.

INTRODUÇÃO

O presente artigo deriva da pesquisa de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), inserindo-se no campo da Educação Indígena e da Educação Escolar Indígena. Considerando o espaço geográfico em que a pesquisa é realizada, reconhecemos a ampla diversidade cultural, étnica e sociolinguística existente no estado do Amazonas, o qual

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas – AM, jessicadiana20@outlook.com;;

² Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas – AM, andreiarabelo1721@gmail.com;

³ Professora Doutora da Universidade Federal do Amazonas - Am, hellenpicanco@ufam.edu.br

¹ Este trabalho contou com apoio e financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) e da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).



abriga o maior número de povos indígenas e de falantes de línguas indígenas do Brasil. Somamos a isso o fato de Manaus, metrópole da Amazônia, concentrar um contingente expressivo de populações indígenas vivendo em contexto urbano, marcado por um histórico de violência, negação de direitos e, sobretudo, de invisibilização linguística e cultural.

Diante desse cenário, o tema “Ensino bilíngue nas escolas indígenas de Manaus: avanços e desafios” foi escolhido. Como problema de pesquisa, levantamos a seguinte questão: quais desafios e possibilidades têm atravessado o ensino bilíngue nas escolas públicas indígenas de Manaus nos últimos 15 anos? Para responder a essa indagação, estabelecemos como objetivo geral analisar o ensino bilíngue nas escolas indígenas de Manaus-AM, evidenciando os avanços conquistados e os desafios ainda enfrentados.

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter documental e bibliográfico, conforme orientações de Marconi e Lakatos (2015). No âmbito documental, foram levantados os principais marcos regulatórios da Educação Escolar Indígena e do ensino bilíngue em nível federal, estadual e municipal, tais como: a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, 1996) e o Referencial Curricular Nacional para a Educação Escolar Indígena (RCNEI, 1998), além de legislações e decretos complementares.

No levantamento bibliográfico, foram analisadas dissertações que abordam a Educação Escolar Indígena em Manaus, com ênfase no ensino bilíngue e multilíngue, destacando-se os trabalhos de Santos (2012), Lima (2018), Oliveira (2022), Santos (2023) e Lizardo (2023). A partir dessas análises, observamos que a educação escolar indígena e o ensino bilíngue apresentam avanços significativos, sobretudo na produção de materiais didáticos em línguas indígenas e na formação de professores bilíngues. No entanto, tais avanços ainda são limitados. Persistem desafios como a escassez de recursos pedagógicos adequados, a necessidade de maior valorização das línguas indígenas nas próprias comunidades e a insuficiência de políticas públicas que fortaleçam o ensino bilíngue.

Além disso, constatamos que, em algumas circunstâncias, o ensino da língua portuguesa se sobrepõe ao das línguas indígenas, ameaçando sua vitalidade e continuidade. Concluímos, portanto, que o ensino bilíngue nas escolas indígenas de Manaus requer maior investimento do poder público em todas as esferas, de modo a

¹ Este trabalho contou com apoio e financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) e da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).



garantir a efetivação de uma educação que respeite e valorize as línguas e culturas dos povos originários.

METODOLOGIA

Quanto a metodologia, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter documental e bibliográfico, conforme orientações metodológicas de Marconi e Lakatos (2015). Fundamentamos essa escolha na necessidade de compreender o fenômeno do ensino bilíngue nas escolas indígenas de Manaus a partir da análise de documentos oficiais e de produções acadêmicas que tratam do tema no contexto amazônico.

Os caminhos metodológicos percorridos para a construção deste artigo envolveram, em primeiro lugar, o levantamento de documentos oficiais relacionados à Educação Escolar Indígena e ao ensino bilíngue, tanto em nível federal quanto estadual e municipal. Esses documentos foram analisados por seu conteúdo normativo e por sua relevância na constituição de políticas educacionais voltadas aos povos indígenas.

Em seguida, realizamos o levantamento bibliográfico, com o objetivo de reunir e analisar dissertações e teses que abordassem a temática da Educação Escolar Indígena, com ênfase no ensino bilíngue e multilíngue, produzidas nas universidades públicas da região Norte do Brasil. A busca foi realizada nos repositórios das seguintes instituições: Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal de Roraima (UFRR), Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e Universidade Federal do Amapá (UNIFAP).

Para o filtro das dissertações e teses, foram utilizados os seguintes descritores de busca: “educação indígena”, “educação escolar indígena”, “ensino bilíngue” e “ensino multilíngue”. O levantamento inicial resultou em 120 trabalhos. Após uma leitura exploratória dos resumos e a aplicação dos critérios de seleção, que incluíram o recorte temporal dos últimos 15 anos e o in locus da pesquisa voltado à cidade de Manaus e ao estado do Amazonas, chegamos à seleção final de quatro dissertações e uma tese: Santos (2012), Lima (2018), Oliveira (2022), Santos (2023) e Lizardo (2023).

Esses trabalhos foram analisados de forma descritiva e interpretativa, buscando identificar os principais avanços, desafios e perspectivas do ensino bilíngue nas escolas indígenas do contexto amazônico, no âmbito da educação escolar indígena em diálogo com as políticas públicas e com os referenciais teóricos que sustentam mesma no Brasil.

¹ Este trabalho contou com apoio e financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) e da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).



REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo Ramos (2007), existem dois princípios fundamentais para se entender a educação escolar indígena: a diversidade cultural e a interculturalidade como prática pedagógica interativa. Esses princípios orientam a construção de processos educativos que respeitem as diferenças e os modos próprios de aprender e ensinar de cada povo. O autor ressalta ainda que a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 210, §2º, e artigo 231, garante aos povos indígenas o direito a uma educação diferenciada, específica, intercultural e bilíngue, assegurando o respeito às suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

A educação indígena se distingue da educação escolar indígena, uma vez que a primeira se refere às práticas educativas tradicionais, ligadas à vida cotidiana, à transmissão oral e ao convívio comunitário. Já a segunda, como destaca Weigel (2004), resulta de um processo de interculturalidade entre a cultura indígena e a não indígena, marcado historicamente por tensões e assimetrias. Conforme a autora observa, “essas relações se davam, logo de início, como instrumento de imposição da cultura ocidental, destruição da identidade étnica e assimilação dos indígenas à sociedade nacional” (WEIGEL, 2004, p. 11). Contudo, mesmo em meio a conflitos, a presença da escola também abriu espaços de negociação, resistência, dando a ela um caráter de campo de relação intercultural e de afirmação identitária.

Nesse contexto, a educação escolar indígena desempenha papel fundamental no fortalecimento, afirmação e reconhecimento das identidades étnicas dos povos originários. Como afirma Fleuri (2003), a interculturalidade, um dos princípios da educação escolar indígena, não deve ser entendida apenas como convivência entre culturas, mas como uma prática dialógica e crítica, que busca a superação das relações coloniais e o reconhecimento dos saberes indígenas como conhecimentos legítimos. Assim, a escola indígena deve funcionar como espaço de resistência e de diálogo, onde se articulam o saber tradicional e o conhecimento científico, em benefício da autonomia dos povos.

Retomando o pensamento de Meliá (1979), que defende “uma escola não para o índio, mas do índio”. Essa concepção aponta para a necessidade de uma instituição educativa construída a partir das realidades locais, das línguas maternas indígenas e dos

¹ Este trabalho contou com apoio e financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) e da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).



projetos coletivos das comunidades que levam os conhecimentos tradicionais como parte do currículo da escola. Evidenciando assim uma escola que reflita o modo de viver indígena, e não uma imposição de modelos externos.

Para além disso, Candau (2012) esclarece que a interculturalidade deve ser compreendida em sua dimensão crítica e política, capaz de enfrentar as desigualdades históricas apontar para o reconhecimento das identidades coletivas. Assim, a escola indígena se configura como espaço sociocultural de luta por direitos e de reconstrução de memórias e saberes.

No âmbito das legislações brasileiras, além da Constituição Federal de 1988, outros marcos regulatórios consolidam o direito à educação escolar indígena de caráter bilíngue/multlíngue e intercultural. A exemplo temos A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/1996, em seu artigo 78, estabelece que o ensino destinado aos povos indígenas deve ser bilíngue e intercultural, garantindo o uso das línguas maternas e a valorização das tradições culturais. Nesse mesmo caminho, temos o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas - RCNEI, 1998 que abarca as orientações para a construção de currículos que respeitem as especificidades culturais e linguísticas de cada povo. No ano seguinte, em 1999, é publicada a Resolução CNE/CEB nº 3/1999 a qual institui as Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas, reforçando o caráter comunitário e participativo dessas instituições.

Quanto ao estado do Amazonas e quanto ao município de Manaus, a Lei Municipal nº 2781 2021, que dispõe a criação da categoria escola indígena, no município e a resolução Resolução Nº 192/CME/2021 que dispõe acerca do ensino de línguas indígenas Nheengatu e Kambeba nas escolas municipais, e as ações da Secretaria Municipal de Educação - SEMED/Manaus, tal iniciativa no corpo da lei, buscam fortalecer o ensino bilíngue, principalmente em comunidades urbanas e ribeirinhas. Essas políticas públicas reafirmam o compromisso com uma educação que valoriza as identidades linguísticas e culturais locais, reconhecendo a presença e resistência dos povos indígenas no contexto urbano, no entanto, somente a letra da lei, sem ações efetivas que viabilissem seu cumprimento, o ensino bilíngue/multlíngue na capital, enfrenta grandes desafios que se materializam na falta de materiais diferenciados e específicos, fragilidades na formação de professores, falta de recursos de infraestrutura das escolas e entre outros.

Na atualidade, em Manaus, iniciativas voltadas à educação escolar indígena têm buscado ampliar o ensino bilíngue e a formação de professores indígenas. Escolas como

¹ Este trabalho contou com apoio e financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) e da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).



a Escola Municipal Indígena Kanata T-Ykua, e outras situadas em áreas de comunidades indígenas urbanas e ribeirinhas representam o esforço coletivo, fruto dos movimentos sociais indígenas articulados como Movimento dos Estudantes Indígenas do Amazonas - MEIAM, - Fedetação das Organizações Indígenas do Rio Negro - FOIRN e Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB, tem lutado constantemente por uma educação e uma escola indígena embasadas nos seus princípios. Esses espaços reafirmam a luta dos povos indígenas por uma escola que seja da e para a comunidade, onde o uso da língua indígena, a valorização da ancestralidade e o diálogo intercultural estejam presentes como fundamentos de uma prática educativa alinhadas a afirmação e reafirmação identitária.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nessa seção, tratamos das análises dos trabalhos selecionados na busca dos repositórios das universidades consultadas, como explicitado na seção de metodologia deste artigo. Os trabalhos selecionados foram: Santos (2012), Lima (2018), Oliveira (2022), Santos (2023) e Lizardo (2023).

Santos (2012) com a dissertação intitulada *Educação escolar indígena no município de Manaus (2005-2011)*. 2012. Teve por objetivo apresentar “as políticas públicas para educação escolar indígena, em âmbito nacional, fazendo referência às políticas definidas no Estado do Amazonas em atenção à escolarização dos povos indígenas.” (p.14). e como principais resultados da pesquisa, concluiu que nesse processo, o poder público municipal avançou na definição de diretrizes e planos de ação para oferta da educação escolar indígena, no entanto, não concretizou a implantação da referida modalidade, que permanece como um desafio a ser superado pelo poder público municipal.

Já no trabalho de Lima (2018) em sua dissertação que tem por título *Educação escolar indígena: um estudo sociolinguístico do Nheengatu na escola Puranga Pisasú do Rio Negro, Manaus-AM*. Teve por objetivo principal analisar se, na comunidade em estudo, as práticas de ensino na escola indígena promovem o fortalecimento do Nheengatu. Como principais resultados, Lima (2018) destaca que estudo constatou que, apenas 25, na faixa-etária acima de 40 anos, falam fluentemente a língua étnica; 68, na faixa-etária entre 12 a 39 anos, compreendem e sabem falar algumas palavras e expressões; 35, na faixa-etária de 4 a 11 anos, não falam e apenas compreendem a língua

¹ Este trabalho contou com apoio e financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) e da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).



indígena. O estudo verificou também que houve uma descontinuidade na transmissão do Nheengatu entre este grupo de falantes, que passaram a falar mais o português. Atualmente, o Nheengatu passa pelo processo de revitalização na comunidade Pisasú Sarusawa do povo Baré.

Contudo, Oliveira (2022) em sua dissertação intitulada *Educação escolar indígena no município de Manaus (2011 – 2021): percursos e desafios em torno das políticas públicas municipais*. 2022. teve por objetivo analisar as políticas públicas municipais da Educação Escolar Indígena no município de Manaus no período de 2011 a 2021 e chegou a seguinte conclusão: que o trabalho aponta para os desafios da Educação Escolar Indígena no município de Manaus, principalmente na área urbana, pois é onde há necessidade maior da atuação do governo municipal, haja vista não haver Educação Escolar Indígena diferenciada na capital do Estado. Mesmo com as legislações vigentes. Isso evidencia o enfraquecimento das políticas de fortalecimento linguístico.

Levando em consideração a questão do fortalecimento linguístico, Santos (2023) e sua tese intitulada *Políticas Linguísticas e Docência Indígena no estado do Amazonas*. Teve por objetivo geral “Analisar a relação entre políticas linguísticas e formação de professores indígenas, no estado do Amazonas.” (p.33). e os principais resultados a autora salienta que no estado do Amazonas, as políticas linguísticas voltadas às línguas indígenas ainda são marcadas por silenciamento, exclusão e fragilidades na formação docente, apesar dos avanços legais e mobilizações dos povos indígenas. Mesmo diante da presença e atuação dos professores indígenas sendo fundamentais para a resistência e fortalecimento das línguas e identidades étnicas, ainda persistem desafios relacionados à falta de formação específica, recursos e políticas efetivas.

Por conseguinte, Lizardo (2023) em sua dissertação *Concepções do ser indígena na educação básica nas escolas públicas em Manaus: revelando o negacionismo para re-existência*. Teve por objetivo “compreender a concepção dos estudantes do 5º ano do Ensino Fundamental I sobre os povos indígenas nas Escolas Estaduais Benício Leão e Nossa Senhora da Divina Providência.” (p. 32). Como principais resultados Lizardo (2023) mostra que a pesquisa revelou que os livros didáticos de geografia utilizados nas escolas públicas de Manaus ainda reproduzem visões coloniais e estereotipadas sobre os povos indígenas, apresentando-os de forma genérica e descontextualizada. A autora verificou também que as práticas pedagógicas continuam baseadas em métodos tradicionais e pouco críticos, dessa forma, acaba por reforçar preconceitos com relação

¹ Este trabalho contou com apoio e financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) e da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).



aos povos originários. Outro aspecto é a falta de formação adequada dos professores sobre a temática indígena e a ausência de participação indígena na escolha e produção dos materiais didáticos. Assim, Lizardo mostra por meio de sua pesquisa, a urgente necessidade de descolonizar o ensino, promovendo uma educação intercultural e autônoma que valorize os saberes, identidades e protagonismo dos povos indígenas na escola e na sociedade.

Os resultados das pesquisas supracitadas demonstram os desafios que a educação escolar indígena, bem como o ensino bilíngue/ multilíngue ainda enfrentam no âmbito da educação, na capital amazonense. Mesmo diante de avanços materializados em leis, decretos e resoluções tanto federal, quanto estadual e municipal, por meio das análises, foi possível compreender que o corpo da lei não foi e não é o suficiente. Mesmo diante desse cenário de múltiplos desafios, há também as possibilidades de avanços que só se concretizam com o efetivo cumprimento das políticas públicas educacionais já postas no corpo da lei e a formulação de mais políticas públicas voltadas especificamente para assegurar os direitos linguísticos dos povos indígenas de Manaus e do Amazonas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise realizada, foi possível compreender que o ensino bilíngue nas escolas indígenas de Manaus se constitui como um campo de lutas, conquistas e resistências, permeado por avanços legais e desafios estruturais. A pesquisa evidenciou que, apesar das garantias constitucionais e dos marcos regulatórios, como a Constituição Federal de 1988, a LDB nº 9.394/1996, o RCNEI (1998), a Resolução CNE/CEB nº 3/1999, e as legislações municipais nº 2781/2021 e nº 192/CME/2021, o ensino bilíngue na capital amazonense ainda enfrenta entraves que dificultam sua plena efetivação.

Os estudos analisados (Santos, 2012; Lima, 2018; Oliveira, 2022; Santos, 2023; Lizardo, 2023) convergem no entendimento de que a educação escolar indígena, embora reconhecida e regulamentada, carece de ações concretas que materializem seus princípios, principalmente o do bilíngue/ multilíngue. Entre os principais desafios identificados estão: a ausência de políticas públicas consistentes voltadas à formação de professores bilíngues, a escassez de materiais pedagógicos produzidos nas línguas indígenas, o baixo investimento em infraestrutura e a pouca valorização das línguas maternas no contexto urbano.

¹ Este trabalho contou com apoio e financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) e da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).



Constatamos também que, nas escolas públicas de Manaus, os livros didáticos e as práticas pedagógicas ainda reproduzem visões coloniais e estereotipadas sobre os povos indígenas, revelando a permanência de um currículo eurocentrado e pouco sensível à diversidade cultural e linguística da Amazônia. Essa constatação reforça a necessidade urgente de descolonizar o ensino, reconhecendo os saberes indígenas como parte legítima da construção do conhecimento escolar.

Em contrapartida, os resultados também apontam para movimentos de resistência e de fortalecimento das identidades étnicas e linguísticas, conduzidos principalmente pelos próprios povos indígenas e suas organizações, como o Movimento dos Estudantes Indígenas do Amazonas (MEIAM), a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) e a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB). Esses movimentos têm desempenhado papel importante na reivindicação de uma escola que seja da e para a comunidade indígena, pautada na educação intercultural.

Dessa forma, compreendemos que o ensino bilíngue em Manaus, embora amparado por um conjunto de leis e diretrizes, ainda está em processo de consolidação. A efetivação de uma educação bilíngue e intercultural depende do fortalecimento das políticas públicas, principalmente as voltadas para o fortalecimento linguístico, da formação continuada de professores indígenas, da produção de materiais didáticos contextualizados e da escuta ativa das comunidades na formulação dos projetos pedagógicos.

Por fim, ressaltamos a importância de novas pesquisas voltadas à educação escolar indígena urbana, especialmente no campo do ensino bilíngue, que aprofundem o debate sobre a relação entre língua, identidade e território. Tais estudos são fundamentais para compreender os modos como os povos indígenas de Manaus vêm recriando suas práticas educativas em contextos de urbanização e para contribuir com a formulação de políticas que garantam, de fato, o direito a uma educação diferenciada, específica, bilíngue e intercultural.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

¹ Este trabalho contou com apoio e financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) e da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).



BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas – RCNEI. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 3, de 10 de novembro de 1999. Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas.

CANDAU, Vera Maria. Diferenças culturais, interculturalidade e educação em direitos humanos. Educação e Sociedade, v. 33, n. 118, p. 235–250, 2012.

FLEURI, R. M. Intercultura e Educação. Revista Grifos, n. 15, p. 16 – 47, maio. 2003.

LIMA, Ademar dos Santos. Educação Escolar Indígena: um estudo sociolinguístico do nheengatu na Escola Puranga Pisasú do Rio Negro, Manaus-AM. 2018.

LIZARDO, Bárbara Caroline Guimarães Sales. Concepções do ser indígena na educação básica nas escolas públicas em Manaus: revelando o negacionismo para revelando o negacionismo parar-existência, UFAM, 2023.

MANAUS. Resolução Nº 192/CME/2021. Dispõe sobre o ensino das línguas indígenas nas escolas municipais de Manaus.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MELIÁ, Bartomeu. Educação indígena e alfabetização. Petrópolis: Vozes, 1979.

OLIVEIRA, Manoel Inácio de. Educação escolar indígena no município de Manaus (2011 – 2021): percursos e desafios em torno das políticas públicas municipais. 2022.

Dissertação (Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, PPGICH). Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2022.

RAMOS, Alcida Rita. A educação indígena e a questão da diversidade cultural. Brasília: MEC, 2007.

SANTOS, Jonise Nunes. Educação Escolar Indígena no Município de Manaus (2005-2011): UFAM, 2012.

Santos, Jonise Nunes. Políticas Linguísticas e Docência Indígena no estado do Amazonas, 2023.

WEIGEL, Valéria. Educação escolar indígena: interculturalidade e diversidade. Manaus: EDUA, 2004.

¹ Este trabalho contou com apoio e financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM) e da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

